

Contribuições da Ordem dos Arquitectos (OA)

Resposta à Consulta Pública do documento *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020 – 2030*

A Ordem dos Arquitectos, pessoa colectiva de direito público, encontra-se sujeita a um regime de direito público no desempenho das suas tarefas públicas (Estatuto da Ordem dos Arquitectos, nº2, Art. 1º).

Por outro lado, a Ordem dos Arquitectos preza, no Programa do mandato recentemente eleito para o triénio 2020-2022, a absoluta necessidade e premência dos Arquitectos e as suas instituições participarem activamente na vida pública e política do nosso país, donde têm estado arredados.

As notas que enviamos, relativas ao documento *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020 – 2030*, em fase de consulta pública, são o desejo dos arquitectos de participar no planeamento, no desenho e na construção na Recuperação Económica Sustentável do País.

A Arquitectura, a par das demais Engenharias e Especialidades, idealiza, desenha e constrói a componente física e territorial dos desígnios do País. As nossas observações à *Visão Estratégica* dirão respeito aos aspectos onde pretendemos ver reflectida a real participação e acção dos arquitectos portugueses, numa estratégia de investimento sustentável na qualidade do Território, da Paisagem, do Urbanismo e da Arquitectura em Portugal.

O impacto da crise sanitária COVID-19, além de expôr as vulnerabilidades do modelo de desenvolvimento económico e social, constituiu uma forte redução da actividade do sector dos serviços, conforme referido no documento (p.11), onde se incluem os cerca de 27 000 arquitectos, que representamos.

Consideramos fundamental convocar a Ordem dos Arquitectos para dar o seu contributo especializado em toda a produção relativa aos eixos estratégicos abaixo elencados, seja por parte do Governo e dos seus ministérios, seja pela Assembleia da República.

Em os *Futuros Possíveis de Portugal*(p.26), **é absolutamente indispensável incluir a Arquitectura como *marca distintiva do País***, transversal aos seis cenários possíveis geopolíticos identificados.

A Arquitectura, concretização física da Representação Portuguesa no País e no Mundo, historicamente como contemporaneamente, é hoje, sem sombra de dúvida, uma das maiores, mais reconhecidas e prestigiantes actividades da cultura e da economia portuguesas.

A *Visão Estratégica*, omite por completo a componente física, a política e o planeamento do investimento no que à Arquitectura, Urbanismo e Paisagem concerne, de modo a podermos combater a emergência climática e alcançar a neutralidade carbónica na recuperação económica e social da Europa pós-Pandemia.

Do nosso ponto de vista, na estratégia a ser definida pelo Governo e seus Ministérios para a implementação de **Acções** resultantes deste Plano, deve ser dada prioridade: ao investimento nas áreas da Consultoria, do Planeamento Urbano e Ordenamento do Território, Projectos de Arquitectura e Engenharias, Investigação e

Inovação (I&D) em todas as áreas relacionadas com o Território, a Paisagem e a Construção, no nosso país e fora dele.

O momento de crise que vivemos e a escala de investimentos previstos, colocam um especial ênfase no modo de acesso à futura encomenda pública, e nos critérios de contratação dos serviços de Arquitectura por parte do Estado. É necessário garantir o acesso democrático e transparente, bem como a defesa da qualidade da Arquitectura, estimulando a discussão pública e promovendo a livre concorrência entre arquitectos.

A Arquitectura é a expressão da ocupação humana, é a base das cidades, é a base do planeamento e é factor decisivo na paisagem e no tratamento equitativo do território. Da indústria à economia e à cultura, a Arquitectura, o Urbanismo e Planeamento, enquanto projectos seminais, devem ser incluídos e valorizados, conforme aliás consagra a nossa Constituição.

A nossa contribuição segue, na ordem indicada, estes dez Eixos Estratégicos (p.57, 58)

3.1 – Eixos estratégicos: programas de investimento

Preâmbulo

Acção – Incluir as Infra-estruturas físicas no quadro dos investimentos

Antes de nos referimos a cada um dos eixos estratégicos elencados, chamamos a atenção para o facto de que, no quadro geral representado na p.58, estar omissa a necessidade de infra-estruturas físicas em quase todos os eixos estratégicos.

Ora, as infra-estruturas físicas, projectos de arquitectura e engenharias, vão seguramente e inevitavelmente acompanhar quase todos, senão todos os investimentos previstos nos eixos estratégicos.

Capítulo 3.1.1 – Uma rede de Infra-estruturas Indispensáveis

Acções – Planear antecipadamente, e avaliar as implicações no território, nas áreas metropolitanas e nas cidades, das opções de traçados e projectos das novas vias de transporte: Construção/Renovação de Edifícios associados à rede de transportes para edifícios inteligentes, sustentáveis e energeticamente eficientes.

a) Investir no Planeamento de Políticas de mobilidade

A mobilidade eléctrica pode diminuir as emissões de CO₂, mas não resolve o problema de mobilidade nas cidades, porque não altera a quota de transporte individual e consequentemente a ocupação do espaço público por este meio de transporte.

Deve ser dada mais importância às políticas de mobilidade sustentável, nomeadamente incentivos ao transporte público e à mobilidade ciclável e pedonal.

b) Investir no desenho urbano e de espaço público relativo às novas políticas de transportes

No que respeita aos transportes públicos, é importante garantir o desenho urbano implícito na extensão da rede de transportes públicos e definir traçados de acordo com as áreas urbanas com maior densidade. A linha do metro nas cidades tem um papel vital na substituição do automóvel.

c) Ligação aérea – Investir na construção do aeroporto como um projecto integrado

O desenho do novo aeroporto deve ser um desígnio de valorização da arquitectura nacional, como tem vindo a ser entendido em outras partes do mundo, nomeadamente no que aos materiais de construção e sistemas energéticos afectos diz respeito. É preciso estratégia e planeamento, avaliar a nova localização do aeroporto e os impactos urbanos do mesmo, nas cidades e territórios confinantes.

Capítulo 3.1.2 – **Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia**

Acções – Programa de rejuvenescimento da administração pública – contratação e inclusão de de jovens arquitectos, especialmente nas áreas menos urbanizadas e com deficitários corpos técnicos

À semelhança do que está previsto para o corpo docente propõe-se um Programa de Rejuvenescimento para a Administração Pública. Aliás, a administração pública é identificada no capítulo 5, como um factor crítico para esta Estratégia. Grande parte da administração tem faixas etárias elevadas e dificuldades em literacia digital.

a) Investir na Transição Digital para o atendimento e licenciamento

Um dos factores críticos para a transição digital na administração pública prende-se com a interoperabilidade e portabilidade dos sistemas. Qualquer solução, como a proposta de criação de uma Loja de Cidadão Virtual, ou de criação de balcões únicos para licenciamentos ou acessos a fundos, ou outros, está dependente desta interoperabilidade. É necessário intervir definitivamente neste sector que está muito dependente de interesses económicos.

b) Investir numa rede de serviços digitais de urbanismo a nível nacional, com sistemas homogéneos e uniformizados

A transição digital em todos os sectores da administração pública é uma evidência para a administração pública local, nomeadamente para os serviços municipais de urbanismo. Os projectos de licenciamento de construção e reconstrução, esbarram constantemente na burocracia do sistema sendo urgente sistematizar os sistemas digitais de tratamento e recebimento de dados em todas as autarquias, de modo uniformizado, sem excepção. Este esforço deve ser prioritário já que, como o próprio estudo nomeia, a arbitrariedade dos sistemas de funcionamento cria graves entropias no prosseguimento do investimento e das acções de construção.

c) Reforçar Portugal como Centro avançado de Política de Arquitectura e Paisagem (PNAP) investindo em Formação

A falta de literacia técnica e científica é um factor crítico para o desenvolvimento sustentável e para a ausência de participação pública. Esta lacuna é detectada em qualquer dos programas e planos estratégicos, em especial os de âmbito territorial.

A formação nesta área é essencial para a alteração de comportamentos dos cidadãos em geral, que o *Green Deal* exige, mas também para a construção de ferramentas adequadas à medição de resultados.

Nesta área são elencadas inúmeras esferas, sendo que uma parte importante delas está relacionada com os sistemas de ensino Universitário e Politécnico. É importante que o Plano refira a necessidade de infra-estruturas físicas nas escolas, universidades, e centros de investigação, para o desenvolvimento e estímulo do trabalho colaborativo e multidisciplinar, que deve incluir arquitectos, paisagistas e outros projectistas, técnicos da maior importância dada a complexidade dos objectivos.

Refere-se a intenção de reforçar Portugal como centro Europeu de Engenharia. Deve falar-se de um Centro Europeu de Arquitectura, Engenharia e Paisagem, dado o protagonismo de desde logo já tem a arquitectura portuguesa na valorização económica do país.

Capítulo 3.1.3 – O sector da Saúde e o futuro

Acções – Investir na encomenda pública e privada de estudos e projectos de novos modelos de funcionamento nas áreas da saúde

Da mesma forma, o sector da Saúde precisará de um forte *upgrade* nos estudos dos *layouts* e funcionamento dos novos hospitais, centros de saúde e residências de idosos e infra-estruturas afins. Os novos modelos devem retirar conclusões através de estudos interdisciplinares nas áreas da arquitectura e engenharias e psicologia, para o efeito das consequências e das deficiências das estruturas existentes na resposta a graves crises e catástrofes, como a actual pandemia. Os arquitectos e engenheiros têm aqui um papel fundamental para a inovação nestas infra-estruturas.

3.1.4 – Estado Social

Acções – Estratégias locais de investimento na contratação de projecto e encomenda pública de Habitação e Espaço Público

O sector social será aquele em que a investigação e o projecto de arquitectura terá mais veemência no imediato. Criar projectos de alojamento como os que são descritos, será tarefa fundamental para a arquitectura dos próximos tempos.

A Ordem dos Arquitectos propõe-se a organizar e a gerir esta participação dos arquitectos e da encomenda pública e respectiva legislação, através dos seus Colégios e Grupos de Trabalho. Para além desta importante e indispensável força de trabalho, esta urgência irá criar oportunidades de trabalho no sector, profundamente afectado pela crise actual.

É necessário não só direccionar a estratégia para a construção de habitação social, mas para estratégias mais alargadas que abranjam sectores da população que, não tendo acesso aos benefícios habituais de políticas sociais, situadas nas franjas da classe média, não têm acesso a habitação condigna.

a) Financiamento de projectos para a ampliação e requalificação da rede de cuidados a idosos / projectos de residências de estudantes / Projectos de residências para desalojados / sem abrigo

Reforça-se a importância desta medida através de soluções adequadas aos diversos contextos, em colaboração com as autarquias e o sector social.

b) Investimento em projectos de espaço publico / espaço social / Inclusão de um **Programa de Investimento de Gestão e Manutenção do Ambiente Construído.**

Do mesmo modo, o desenho do espaço público confere as características sociais defendidas pelo estudo na p. 72. O investimento no espaço público é uma obrigatoriedade que levará à investigação de novas formas de convivência social e apoio.

A *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica* propõe dar ênfase aos programas de investimento supracitados (p.89), reforçando a importância do papel dos arquitectos como intervenientes e moderadores no processo e na sua implementação.

3.1.5 – A reindustrialização do país

Accções – Cluster da construção – Criar com os projectistas nacionais, arquitectos e engenheiros, laboratórios e áreas de projecto para responder às ambições manifestadas nesta *Visão Estratégica* – os produtos sustentáveis, verdes e inovadores

A Estratégia refere pouco a indústria da construção, que representa um importante sector económico e que necessita de modernização, tanto pelo facto de ser uma das indústrias que mais contribui para as emissões de CO2, como pelo facto ser um sector crítico em situação de crise pandémica, catástrofes e outras situações de emergência.

É importante apostar na valorização desta indústria tradicional, através da transferência da investigação para a fileira da construção, consolidando um *cluster* que envolva a Arquitectura, a Engenharia, as Tecnologias Digitais e investigação de novos materiais e processos produtivos.

b) Investimento em projectos de Investigação nas áreas de indústria da construção

A importância da "re-industrialização" e da aposta em novos materiais passa também e indubitavelmente pela criação de novos materiais de construção mais sustentáveis.

A construção civil em Portugal representa um forte factor económico. A necessária criação e investimento em laboratórios de Arquitectura e Engenharia, nas indústrias e nas Universidades, para a invenção de novos artefactos de construção é essencial para cumprir com os objectivos climáticos. É necessário, igualmente, sinergias entre as empresas das instituições de ensino, de formação e desenvolvimento sustentável.

Dada a forte componente de produção de *produtos internacionalmente inovadores e na fase ascendente do seu ciclo* (p.37), Portugal tem condições para ter um papel, a nível internacional, na engenharia de produto em que os novos materiais para a construção civil, que respondam de forma consistente aos requisitos exigidos pela EEE, têm que ser absolutamente relevados.

c) Cluster do Mar

A importância que neste documento é reconhecida ao Mar, evidenciada na medida concreta de criação da Universidade do Atlântico, procura transformar os arquipélagos dos Açores e da Madeira "*numa plataforma tecnológica para o estudo do clima, do oceano, da terra e da meteorologia*". Neste sentido, a medida é essencial ao conhecimento, desenvolvimento e internacionalização dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, enquanto base para a definição das estratégias de atuação no território marítimo e tendo em consideração a possibilidade da extensão das ligações a universidades e centros de investigação internacionais. No entanto, alerta-se para a sustentabilidade ambiental do Património Natural, bem como a identidade do Património Cultural do Arquipélago dos Açores e do Arquipélago da Madeira. É necessário ter em conta, além da mobilidade interna e externa, marítima e aérea, bem como a protecção da orla costeira, o ordenamento do território, a reabilitação e revitalização do tecido urbano e a salvaguarda do património edificado, tendo em consideração as metas ambientais definidas.

3.1.6 – A reconversão Industrial

Acções – Promoção e valorização dos produtos exportados – "Marca Portugal" – empresas de serviços de arquitectura e de engenharia devem ser incentivadas a exportar serviços e atrair o investimento externo pela qualidade da sua intervenção e acção

"A Marca Portugal" referida tem também que ver com arquitectura, numa componente cultural, mas sobretudo física das suas cidades e espaços e paisagens, importante para o desenvolvimento nomeadamente de áreas como o Turismo.

3.1.7 – Transição energética e Electrificação da Economia

Acções – Investimento na encomenda pública de projectos de arquitectura inovadores no que diz respeito ao autoconsumo e às comunidades de energia renovável;

Promover a redução do consumo energético dos edifícios na implementação de medidas de melhoramento térmico dos edifícios: aplicação de sistemas de Energias Renováveis na construção e renovação de edifícios.

É uma medida de extrema pertinência com destaque para o interior do país. O desenho de comunidades de energia autónoma pode ser um campo de investigação e desenho de arquitectura especialmente vocacionada para este fim. Pensar num parque habitacional de autonomia energética é interessante matéria de estudo e progresso no que às pequenas comunidades diz respeito, mas também a equipamentos públicos de carácter ecológico e demais instalações de apoio a outras actividades económicas.

3.1.8 – Coesão do Território, Agricultura e Florestas

Acções – Desenhar Planos de Paisagem – trabalhar com o Colégio de Urbanismo, DGT – Direcção-Geral do Território, PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNAP – Política Nacional de Arquitectura e Paisagem.

Criação de um Observatório, em parceria com entidades públicas e privadas, para monitorização da implementação das medidas.

O PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, destaca a valorização sustentável das potencialidades do território focada no modelo territorial de abordagens integradas. Para a coesão territorial contribuem em larga medida a agricultura, a floresta e a biodiversidade e, de entre os planos e programas referidos, destacam-se o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) nas áreas programáticas “Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)” e “Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)”.

Neste sentido, parece-nos importante reforçar a componente de interacção entre os diversos sistemas, em particular no que se refere ao diálogo entre rural e urbano e aos territórios que se localizam entre ambos e que podem ter uma função de interface, evidenciando uma preocupação com a transformação da paisagem, de forma a restaurar ecossistemas, equilibrar a ocupação do solo e combater a desertificação. Destaca-se a necessidade de ser criado um centro de competências para a gestão dos riscos naturais e de saúde pública.

Desenhar Plano de Paisagem é uma tarefa de arquitectos paisagistas e arquitectos. O PNAP – Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, deve aqui ser considerado como factor de coesão e coordenação.

O território tem de estar no centro das políticas públicas e esta é a oportunidade de colocar o território como agente de transformação em que os planos de paisagem são um instrumento não só na defesa da floresta como na valorização do território. Reforça-se a importância de alargar estes planos a todo o território e não só aos territórios de alta perigosidade. Estes planos têm também efeitos na qualidade dos recursos hídricos e na preservação da biodiversidade.

a) Investimento nos projectos que valorizam o ecossistema

Mais uma vez o PNAP – Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, conjuntamente com outras formas de Planeamento e gestão de território é fundamental nesta acção. A área do Turismo teve um forte crescimento com o contributo qualificado do trabalho dos arquitectos e projectistas que se dedicaram, nos últimos anos, a reconverter e reconstruir o património existente e a construir de raiz com uma qualidade reconhecida internacionalmente.

As áreas de paisagem classificadas como Património Mundial, como o Douro, têm sido objecto de inúmeros estudos e experiências de integração “projecto – âncora” da construção usando materiais e sistemas de construção endógena. Como aliás em outras áreas do país como o Alentejo, a Madeira ou os Açores. Este potencial de expressividade e qualidade arquitectónica deve ser valorizado e sujeito a programas de incentivo e financiamento próprio.

3.1.9 – Um novo paradigma para as Cidades e a Mobilidade

Acções – Cidades mais verdes – reabilitação urbana – Investir no desenho, qualidade sustentabilidade e inovação das nossas cidades e da Arquitectura, em particular da Habitação.

a) Cidades +

O PNPOP – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, tem um programa coerente e integrado para o sistema urbano. Embora se entenda que o objectivo desta Estratégia é seleccionar alguns investimentos críticos para a recuperação económica, parece-nos que estarão em falta alguns investimentos fundamentais para a transição energética e a sustentabilidade ambiental, tais como a reabilitação urbana.

A agricultura urbana e periurbana também deve fazer parte dos investimentos, tendo em vista a necessidade, evidenciada em diversos momentos desta Estratégia, de reduzir as cadeias de produção, aproximando-a do consumo. É necessário dotar as cidades de equipamentos capazes de albergar os mercados locais, seja pela reabilitação de edificado existente que albergue a mesma função ou pela construção de novos edifícios ou estruturas.

b) Edifícios Sustentáveis

Sendo importante a existência de um programa de reabilitação de edifícios e do espaço público para dinamizar a recuperação das cidades e dos edifícios, propomos, à sua semelhança, um **Programa de manutenção de edifícios** (em consonância com a estratégia definida no **Plano Nacional de Gestão e Manutenção do Ambiente Construído**), como forma de evitar encargos acrescidos e por vezes inoportunos, associados à reabilitação, que permita prolongar o tempo de vida do edifício e reduzir a sua pegada ecológica.

c) Programa de habitação de longa duração e comércio local em cidades

O teletrabalho permite a deslocalização das pessoas do seu local físico do trabalho, abrindo a oportunidade à inversão da tendência de concentração da população nas grandes áreas metropolitanas. Deste modo, é possível descentralizar o investimento e atrair a população para as cidades médias do País, permitindo a dispersão geográfica da população no território. O Programa de Habitação de longa duração e comércio local deverá ter um papel importante fixação da população tanto nas grandes áreas metropolitanas como nas cidades médias do litoral e interior, como instrumento de equilíbrio demográfico e sustentabilidade económico.

3.1.10 – Cultura, Serviços, Turismo e Comércio

Acções – Incluir os agentes culturais das áreas da Arquitectura e do Património no programa de acção da Cultura.

A Promoção do património cultural, arquitectónico, arqueológico, histórico e contemporâneo, é um factor maior de desenvolvimento, identidade e qualificação do nosso território e cultura e ponto importante na atracção e desenvolvimento do Turismo. Importa incluir a Arquitectura e o Património nos programas de acção e apoio e de investimento da Cultura, do Comércio e do Turismo.

A Arquitectura Portuguesa e o Património Arquitectónico são dos maiores fatores de reconhecimento externo e de exportação da Cultura Portuguesa. Importa continuar e desenvolver o investimento na sua promoção interna e externa.

21 de Agosto de 2020



Gonçalo Byrne

Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos